

até o final da década de 1950, quando o judaísmo organizado se tornou mais e mais retrógrado. O *melting pot* significaria o fim inexorável do judaísmo! Passou-se, então, a se defender a tese de uma sociedade pluralista, na qual cada grupo etno-cultural teria seu lugar assegurado.

Os capítulos 5, “Jugo dos mandamentos (*Mitzvoit*)”, e 6, “Múltiplos desafios enfrentados pelas judias convertidas à ortodoxia”, merecem atenção especial. O jugo dos mandamentos é pesado, e seu aprendizado, terrível. É preciso praticar 613 preceitos, dos quais 365 (como os dias do ano) são negativos e 248 (correspondentes à noção que um rabino do passado tinha das partes do corpo humano), positivos. Some-se a isso o que os judeus chamam de “muralhas adicionais” (*gader*), isto é, normas para garantir que nenhum dos mandamentos básicos seja infringido. É regra pra ninguém botar defeito! Quanto às mulheres convertidas, além de uma interessante discussão sobre o papel subalterno da mulher no judaísmo, aliás como em todas as demais religiões, Marta Topel fornece um quadro comovente sobre como a feminilidade consegue se expressar, às vezes até com alguma faceirice em circunstâncias tão plúmbeas.

Pessoalmente acho que os judeus ortodoxos são nocivos à sociedade, entre outras razões, por que não trabalham. Dedicam todo o seu tempo ao estudo das escrituras e de suas interpretações. Alguns, com um pouco de neurônios a mais, reinterpretam velhas interpretações já interpretadas. São sustentados por doações de judeus pouco religiosos que talvez esperem obter alguma indulgência à moda do Papa Julio 2º. Quando essas doações não bastam, os prosélitos são despachados para Israel, onde viverão às custas do Estado.

De um tema complexo, controvertido e muito atual, Marta Topel produziu uma bela obra.

Notas

- 1 Pogrom, nome russo dado às perseguições em massa dos judeus durante o século XIX.

GABRIEL BOLAFFI é sociólogo, professor aposentado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

As realidades que as “tribos urbanas” criam

José Machado PAIS e Leila Maria da Silva BLASS (orgs.). *Tribos urbanas: produção artística e identidades*. São Paulo, Annablume, 2004. 234 páginas.

Fraya Frehse

Ao elegerem como tema primordial de estudo as chamadas “tribos urbanas”, os organizadores deste livro sabiam que pisavam num chão já bastante palmilhado, nas últimas décadas, pelas ciências sociais devotadas ao contexto urbano. Um chão, por isso mesmo, marcado por pontos de vista específicos a respeito da noção de “tribo urbana”.

A partir de 1985 o sociólogo francês Michel Maffesoli começava a utilizar o termo “tribo urbana” em seus artigos, e em 1988 surgia o seu *Le temps des tribus: le déclin de l'individualisme dans les sociétés postmodernes*. O uso da noção era metafórico, para dar conta de formas supostamente novas de associação entre os indivíduos na “sociedade pós-moderna”: o autor fala em “neotribalismo”. Seriam essencialmente “micro-grupos” que, forjados em meio à massificação das relações sociais baseadas no individualismo e marcados pela “unissexualização” da aparência física, dos usos do corpo e do vestuário, acabariam, mediante sua sociabilidade, por contestar o próprio individualismo vigente no mundo contemporâneo.

Alguns anos depois, José Guilherme Magnani (1992) retomava, no contexto brasileiro e numa perspectiva antropológica, a noção de “tribo urbana” a fim de problematizar o seu uso ambíguo não apenas na mídia, mas também em “pesquisas e trabalhos ditos científicos” – embora não haja no texto qualquer referência explícita a Maffesoli. O antropólogo brasileiro argumenta em favor de contextualizações do emprego da metáfora, já que o “domínio original” de tribo seria a etnologia e, no âmbito desta, a análise de formas de organização social que transcendem os particularismos dos grupos domésticos e locais (Magnani, 1992, p. 49). Já a utilização do termo

em relação às chamadas “sociedades complexas” aludiria ao contrário: a pequenos grupos delimitados, com regras particulares. Dado que a metáfora mais evoca – o “primitivo, selvagem, natural, comunitário” – do que recorta (*Idem*, p. 50), o autor questiona seu uso como categoria analítica em pesquisas sobre o contexto urbano: tratar-se-ia de um denominador comum empobrecedor da diversidade vigente na paisagem urbana.

As abordagens de Maffesoli e, em particular, a de Magnani são importantes interlocuções para os autores da coletânea *Tribos urbanas: produção artística e identidades*. O livro resulta, como assinala Leila Blass na “Apresentação”, de um projeto de pesquisa de mesmo título que congregou, entre 2001 e 2004, pesquisadores e colaboradores portugueses e brasileiros ligados ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC de São Paulo, no âmbito de um programa de cooperação internacional financiado pela brasileira Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo português Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (Grices). Assumindo como pressuposto o uso metafórico de “tribo urbana” ainda nos dias de hoje, nos meios de comunicação de massa e no senso comum, os autores da coletânea pretendem atentar para as realidades sociológicas criadas por essa etiqueta. Conforme aponta José Machado Pais na “Introdução”, se “tribo urbana” é uma heteronomia – classificação atribuída a determinados indivíduos por terceiros, definindo “outros” estranhos, “ex-óticos” porque fora da ótica da normalidade (p. 9) –, integra de formas bem específicas os indivíduos por ela designados, o que equivale a dizer que as classificações são integradas de modo também peculiar nas falas e comportamentos desses indivíduos. Como jovens são objeto primordial do uso da metáfora, questões que inspiram, para Machado Pais, a coletânea, são: de quem se trata? Esses jovens identificam-se com a etiqueta? Quais as razões, os fins e os efeitos desse processo de classificação? (p. 10).

Os oito capítulos que perfazem a publicação dialogam, cada um à sua maneira, com essas questões. São estudos de caso unidos em torno de um cenário – “contextos urbanos” –, de uma

circunstância – “a ritualização de identidades sociais” – e de um ponto de partida analítico – a metáfora da “tribo urbana”. Esta é enfocada, segundo Machado Pais, como heteronomia ligada, por um lado, a manifestações de resistência à adversidade – conforme com a idéia de “atrito”, etimologicamente implícita ao termo “tribo” (p. 12); por outro, a formas de sociabilidade orientadas por normas de natureza estética e ética que implicam maneiras peculiares de ritualizar “vínculos identitários”, sobretudo relacionados à produção artística (p. 18).

A partir dessa base comum vêm à tona as diferenças entre os estudos. São três as cidades enfocadas: São Paulo, Recife e Lisboa. Alguns autores concentram-se em *grupos* em torno dos quais se ritualizam identidades: uma banda musical jovem de Portugal, os “Dundumba”, inspirados em sons e ritos tribais africanos (capítulo 1, por Machado Pais); os “carecas de Cristo” de São Paulo, formados por *skinheads* evangélicos (capítulo 2, por Márcia Regina da Costa); integrantes de duas escolas de samba paulistanas (capítulo 8, por Leila Blass). Um segundo conjunto de capítulos parte de *manifestações estéticas* em torno das quais identidades são celebradas: a tatuagem e o *body-piercing* em Portugal (capítulo 3, por Vítor Sérgio Ferreira); o “mangueBit” na qualidade de movimento musical recifense (capítulo 4, por Lídice Araújo); o *hip hop* como base identitária de jovens “marginalizados” nas grandes metrópoles (capítulo 5, por João Lindolfo Filho); a referência à África nas “sonoridades juvenis negras” no Brasil (capítulo 6, por António Contador). Enfim, um terceiro tipo de abordagem assume o *espaço urbano*, notadamente três praças públicas da “Baixa” lisboeta, como referência para uma etnografia sobre a constituição diária de ajuntamentos fugazes de imigrantes ali em meio ao trânsito (capítulo 7, por Cristiana Bastos). Neste caso, a autora alerta de antemão para a impropriedade da utilização do termo “tribos urbanas” (p. 183).

Essa variedade de perspectivas fornece ao leitor uma ampla plêiade de dados sobre contextos sociais variados unidos por uma matriz linguística comum: o português. São, em Machado Pais, imaginários musicais e de sociabilidade fortemente referenciados pela memória de um passado que, não vivido, é mitificado como tribal e

africano. Costa, por sua vez, constrói uma história dos carecas de Cristo que ressalta a política de conversão empreendida por pastores evangélicos em relação a jovens nas grandes cidades brasileiras a partir de finais dos anos de 1980. Já Ferreira conduz à sociogênese não apenas das práticas de marcação corporal na Europa desde a Idade Média, mas também à do seu “renascimento” no Portugal contemporâneo. De marginais, transformam-se em bens de consumo juvenis que promovem o corpo a “imagem corporal” dotada de um estilo próprio, crucial para a produção de identidades grupais e/ou pessoais. Araújo traz o leitor de volta ao Brasil, em particular às ruas do bairro do “Recife Antigo” da década de 1990 – a grupos, vocabulário e tipo de letra musical envolvidos na consolidação sociológica do movimento musical que, preconizando a associação entre os sons da terra recifense, cujo signo máximo seria o “mangue”, e influências técnicas globais, é pela autora denominado “MangueBit” (embora na mídia apareça como “mangue *beat*”). O capítulo de Bastos é um retorno a Lisboa que confronta usos do espaço urbano por parte de “lisboetas comuns”, nativos, com aqueles de “migrantes” referenciados como “africanos”, “chineses”, “eslavos”. Para os primeiros, seria crucial a díade casa-rua; para os últimos, a praça. Enfim, uma última volta ao Brasil: Blass trata das quadras e dos desfiles de escolas de samba paulistanas e, às vezes, das cariocas, explorando dois momentos da produção artística carnavalesca: a apresentação do enredo aos integrantes das escolas e o desfile propriamente dito.

Tal pletora de referências assegura à coletânea uma inegável relevância etnográfica, sobretudo quanto a algumas formas recentes de sociabilidade juvenil no Brasil e em Portugal. O livro apresenta lado a lado análises que o leitor até então só podia encontrar em monografias específicas. Assim, adquirem-se indícios das referências culturais subjacentes a algumas realidades juvenis em grandes cidades brasileiras e portuguesas hoje: uma certa África, um certo evangelho, um certo tipo de música; enfim, apropriações específicas do termo “tribo urbana”.

A meu ver, é Machado Pais que demonstra essas apropriações e teoriza a respeito delas. Partindo das falas de seu informante privilegiado,

dos Dundumba, o autor discorre sobre a importância da noção de tribo para o tipo de manifestação artística produzida pela banda. Compreende-se assim o porquê da tese do sociólogo sobre os “revivalismos tribais”: a heteronomia torna-se signo de autonomia; “tribo” torna-se metáfora de formas de integração social numa “urbanidade deficitária de coesão social” (p. 39).

Para além do esforço dos outros estudos de explorar teoricamente os efeitos da metáfora, na prática os resultados interpretativos mais satisfatórios aparecem quando se secundariza “tribo urbana” (ver, por exemplo, os estudos de Ferreira, Costa e Blass) ou mesmo deixa de lado o termo (ver o texto de Bastos). Até num “movimento” aparentemente homogêneo como o “mangueBit” há, como mostra Araújo, diferentes leituras por parte de jovens de classes sociais diversas, e é por meio dessas leituras que o “movimento” se torna significativo. Como, então, falar em uma tribo, apenas?

Existe, de fato, o risco de simplificação dos processos sociais em questão, o que se aplica não só às manifestações culturais tematizadas. Falar de “jovens”, “cultura jovem”, do “afrodescendente” em geral nas metrópoles brasileiras e do mundo (ver estudo de João Lindolfo Filho) envolve a possibilidade de um certo anacronismo – como se o jovem fosse um só, no passado e no presente, no Brasil, na Europa, nos Estados Unidos. Associar, por sua vez, a “identidade sonora” dos “jovens negros” brasileiros em geral a uma “África mítica” e aos ancestrais escravos, sem ancorar os argumentos empiricamente (ver texto de António Contador), deixa dúvidas sobre o contexto musical em jogo.

As dificuldades de modo algum obliteram o caráter instigante da problematização teórica que inspira o livro. Com efeito, se, como apontou Magnani e é reiterado por Machado Pais, há inegáveis ambigüidades no uso da metáfora “tribo urbana” pelas ciências sociais, interessante é, para essas mesmas ciências sociais, que classificações forjam realidades: falas, comportamentos, modos de pensar e de viver, manipulação de coisas e de corpos que viram signos de identidade. É o que Eunice Durham (2004 [1977], p. 231) definiu como “dinâmica cultural”: o processo de constante reorganização das representações na prática social por meio de “uma manipulação simbólica que é atri-

buto fundamental de toda prática humana”, assegurando que as representações sejam produto e condição de práticas sociais. É nessa dinâmica que identidades se (re)constróem, inclusive aquelas tematizadas pelos autores da coletânea.

Contemplada à luz dessas ponderações, a coletânea aparece centrada essencialmente na dinâmica das relações sociais em cada caso, ficando em segundo plano o que os “produtos artísticos” respectivamente abordados podem revelar sobre as realidades sociológicas suscitadas pela heteronomia “tribo urbana”. O que o tipo de sonoridade, de letra musical, de tatuagem indica, nesse sentido? Há vínculos entre a expressão cultural e a configuração sociológica? Formulo essas perguntas levando em conta que o livro resulta, como explicita Machado Pais no início da “Introdução”, da reflexão conjunta de sociólogos e antropólogos portugueses e brasileiros (p. 9).

Certamente o desafio é grande. Sobretudo porque os pesquisadores têm formações teórico-metodológicas variadas – é tentador, também aqui, recorrer à metáfora das “tribos”. Nota-se, por exemplo, que alguns autores falam em “tribos” e outros em “tribus”, sem que se explicita o porquê deste último emprego: uma filiação à noção francesa de “tribus”, utilizada por Maffesoli?

Se esse tipo de iniciativa é sempre um desafio, é importante persistir. A coletânea deixa entrever diálogos que são cruciais nesses tempos de “globalização”. São diálogos sobre fenômenos sociais comuns a contextos urbanos distintos. E são ainda, talvez por isso mesmo, diálogos sobre interesses intelectuais também semelhantes, embora sejam diversos os contextos institucionais que os abrigam.

BIBLIOGRAFIA

- DURHAM, Eunice. (2004 [1977]), “A dinâmica cultural na sociedade moderna”, in _____, *A dinâmica da cultura*, São Paulo, Cosac Naify.
- MAFFESOLI, Michel. (1988), *Le temps des tribus: le déclin de l'individualisme dans les sociétés postmodernes*. Paris, Méridiens Klincksieck.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. (1992), “Tribos urbanas: metáfora ou categoria?”. *Cadernos de Campo. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia da USP*, 2 (2): 49-51.

FRAYA FREHSE, doutora em antropologia pela Universidade de São Paulo, é pesquisadora do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) da mesma Universidade e professora de antropologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo.